

RUMOS DA IGREJA NO BRASIL

Cláudio Perani

(publicado originalmente nos *Cadernos do CEAS*, 100, nov.-dez. 1985, pp. 66-73.)

De 6 a 7 de julho de 1985, mais de 3 mil trabalhadores rurais provindos de várias Comunidades Eclesiais de Base - homens e mulheres, jovens e crianças - estavam presentes na Gruta da Soledade, no Santuário de Bom Jesus da Lapa, Bahia. Contavam sua vida, suas alegrias e seus sofrimentos, suas lutas, sua defesa e conquista da terra. Falavam de sua fé no Deus de Jesus Cristo, cantavam, rezavam, celebravam esta fé. A Missão da Terra, naquele momento, constituía-se na imagem de uma Igreja renovada, mais pobre e popular, que está nascendo no Brasil, ou melhor, que já nasceu, já se afirmou com determinadas características, das quais a primeira é o fato de o povo trabalhador assumir seu lugar dentro dela como protagonista e ator.

Em síntese, esta é a visão da Igreja no Brasil que desejamos apresentar nestas linhas. O rumo novo já está claramente traçado. Evidentemente, existem tensões e contradições, novos desafios para a continuidade da caminhada; vários setores da Igreja ainda não entraram nesse rumo, outros estão oscilando na nova conjuntura. Mas a direção está dada e a caminhada continua, acumulando sempre mais forças - é nossa conclusão - sobretudo se olharmos o processo a partir de baixo, do povo em movimento.

A nova conjuntura - política e eclesial - apresenta seus desafios. As interpretações divergem. Por consequência, também as orientações para o trabalho eclesial. Desejamos - a partir de uma análise sociológica - dar nossa opinião, não pretendendo prever o futuro, mas simplesmente descobrindo a situação atual e refletindo melhor sobre ela, para iluminar o caminho a ser percorrido. Os obstáculos e as tentações não faltam.

1 – CONTEXTO CONJUNTURAL

1.1. Nova República

"A Nova República pode ser muito bem uma nova ilusão, uma nova fraude. Os senhores deste mundo nosso, colonizado e dependente, poderão permitir que mudem os governos e até os regimes filiais, sempre que se preserve a alma sem alma do sistema. E com ela se mantenha o sacrifício do povo e sua escravidão, particularmente no campo, sempre cobiçado pelos sucessivos impérios." Este lúcido julgamento do bispo Dom Pedro Casaldáglia coloca uma suspeita sobre a Nova República.

Dentro da Igreja, as interpretações foram bem diferenciadas, dependendo muito da maior ou menor aproximação com o povo explorado. Alguns setores falaram em "clima de esperança", "aurora da liberdade", chegando a confiar nas promessas de mudança do governo: "Tudo leva a crer que a nação evolui de uma democracia de classes médias para uma democracia participativa." Outros setores são mais reservados e questionam o excesso de otimismo levantado. Não somente se reconhece a continuidade da política elitista e concentradora no campo econômico-social - "De três anos para cá, a situação piorou muito. O desemprego aumentou, as instituições estão oneradas, as pessoas cansadas", afirma Dom Luciano Mendes de Almeida -, mas também não se acredita muito na "democracia relativa" que está sendo implantada, onde o povo mais uma vez é marginalizado, como ficou claro na eleição pelo Colégio Eleitoral e como pode ser previsto no novo golpe que vai excluir a massa dos cidadãos brasileiros da elaboração da nova Constituição.

A visão da conjuntura política é fundamental para a Igreja traçar suas linhas pastorais. As divisões teológico-pastorais internas, antes de serem uma questão de ortodoxia, são em sua raiz

consequência de diferentes análises políticas. Nosso posicionamento está expresso nas páginas deste caderno, não vamos repeti-lo aqui. Somente acrescentamos algo que mais diretamente se refere à Igreja.

A tática do governo, de fato, mudou. É clara a intenção de cooptar a Igreja para tentar superar o fosso que existe entre o governo e a sociedade civil. Mudou o comportamento da cúpula na linguagem e nalgumas iniciativas concretas. O Presidente José Sarney chegou a falar de "opção pelos pobres", visitou a CNBB numa reunião de 75 minutos com 11 bispos, participou e falou no encerramento do Congresso Eucarístico em Aparecida, convidou a Igreja para participar da Comissão pela Reforma Agrária... Mais clara ainda é a mudança de vários órgãos do Governo que convidam entidades da Igreja para participar de seus planejamentos, que nos seus programas sociais assumem a linguagem e a metodologia das Comunidades Eclesiais de Base, pedem o apoio e a colaboração da Igreja, investem com muito dinheiro, chegam a fazer reuniões com o povo de... Bíblia na mão! Tal orientação é favorecida pela presença de militantes opositoristas nos 2º e 3º escalões do Governo.

Tudo isso é "novo" e deve ser analisado além das intenções das pessoas, considerando quem está com o poder e sua política global, para não cair na fácil ilusão de um efetivo clima de democracia.

1.2 - A Conjuntura Eclesial

A nível internacional, não é difícil constatar uma situação de "involução" do processo desencadeado pelo Concílio Vaticano II. Manifesta-se na preocupação com a necessidade de avaliar o movimento de renovação, de abertura, definir e integrar as novas experiências, de voltar à "grande disciplina", segundo a expressão do Pe. J. B. Libânio. Depois de um movimento centrífugo, assistimos ao prevalecer de uma linha centralizadora que, inevitavelmente, tem como consequência atitudes mais conservadoras.

Tal orientação, no âmbito latino-americano, começou logo depois da Conferência de Medellín (1968), com a nova cúpula do CELAM tentando controlar a interpretação e aplicação dos documentos assinados pelos bispos. Tem respaldo nalguns setores do Vaticano que conseguiram a publicação da *Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*, a condenação do teólogo Leonardo Boff e a suspensão dos padres nicaraguenses que exercem cargos no governo, entre outras iniciativas.

Particularmente revelador é o caso da Nicarágua, onde setores populares das Igrejas, com seus padres, religiosos(as) de congregações e pastores estão apoiando a Revolução, enquanto outros setores, incluindo a maioria dos bispos, fazem uma oposição constante ao projeto revolucionário. Aparece aí com maior clareza o motivo onde se situa o divisor de águas dentro da Igreja: a "opção pelos pobres" manifesta seu limite e suas dificuldades quando se trata de apoiar concretamente uma perspectiva revolucionária popular.

No Brasil, nos últimos tempos, assistimos a uma maior iniciativa do grupo de bispos relacionados com o Cardeal do Rio de Janeiro, ocupando os espaços da imprensa nacional diária para atacar a Teologia da libertação, as Comunidades Eclesiais de Base e a própria CNBB. Nas palavras do monje beneditino Dom Marcos Barbosa, "graças a Deus, ainda temos aqui no próprio JB uma plêiade de bispos que, quase semanalmente, tenta neutralizar e corrigir as posições da CNBB. Além de Dom Eugênio, citando ao acaso: Dom Lucas Moreira Neves, Dom José Freire Falcão, Dom Luciano Duarte, Dom Boaventura Kloppenburg, Dom José Veloso, Dom Karl Josef Romer". Isso tinha consequências no relacionamento com o Vaticano que privilegiou as informações providas desse grupo e que levou a Presidência da CNBB e a Comissão Episcopal de Doutrina a reclamar em

Roma: "Nas relações com a CNBB, o Vaticano levará sempre mais em conta o 'princípio de subsidiaridade', pelo qual os problemas só irão a Roma, depois de esgotadas todas as instâncias no plano interno da Igreja no Brasil".

Sem negar a firmeza com que a CNBB e os bispos mais comprometidos com a perspectiva de abertura aos setores populares enfrentam a conjuntura eclesial de "involução", temos que constatar alguns alertas que chegam das bases contra uma diminuição de liberdade no trabalho pastoral. A missão do bispo, que sempre deve ser reconhecida dentro da Igreja, numa conjuntura eclesial de fechamento pode levar a atitudes de controle que nem sempre são consequência necessária desta mesma missão.

Em todo caso, olhando a conjuntura eclesial mais no nível das cúpulas, reconhecendo a tensão existente entre Roma e a Igreja brasileira, devemos ver o que está por trás dessa tensão. Sem negar a importância de um questionamento teológico ao redor de certos conteúdos de fé, devemos reconhecer o conflito existente entre uma Igreja mais ligada ao poder institucionalizado e uma Igreja que se esforça para favorecer o poder dos pobres. Por esta tensão passa o caminho de conversão da Igreja e sua consequente maior capacidade de evangelizar.

1.3 – A caminhada continua

A análise anterior seria parcial e, por isso, levaria facilmente a conclusões erradas, se não fosse completada por uma análise dos setores mais populares que integram a Igreja, dando a estes últimos a importância determinante que assumiram nestes anos. A caminhada da Igreja que nasce dos pobres – apesar dos estágios tremendamente diversificados e dos avanços e recuos existentes – continua hoje e já alcançou tal grau de consistência que dificilmente poderá ser interrompida.

Muitos “pobres” - trabalhadores rurais, operários, moradores das periferias urbanas, negros - “entraram” na Igreja. Queremos com esta palavra acentuar o fato de eles participarem com sua voz, seus problemas e suas decisões, contribuindo, assim para forjar um novo rosto da Igreja de Jesus Cristo.

As CEBs estão continuando sua caminhada, vivendo este “novo modo de ser Igreja” e preparando-se para o 6º Encontro Intereclesial, em julho de 1986, sobre o tema "CEBs, Povo de Deus em busca da Terra Prometida". Focalizam os problemas da terra de trabalho e da terra de moradia (os dois valem seja para o campo seja para a cidade), assim como o desafio da participação política do povo todo, mostrando seu elevado grau de sintonia com a conjuntura atual.

A Comissão Pastoral da Terra acaba de realizar sua V Assembléia, avaliando os 10 anos de caminhada, constatando seu rápido desenvolvimento e os frutos produzidos no apoio à luta dos trabalhadores do campo. Podemos também lembrar as diferentes pastorais específicas: CIMI, Pastoral Operária, Pastoral dos Pescadores, Pastoral da Mulher Marginalizada..., e os vários movimentos presentes nas camadas populares, que favorecem um alargamento da base social da Igreja.

Através dessa pastoral, estão surgindo animadores e lideranças populares profundamente ligadas às necessidades e às lutas do povo e reinterpretando sua fé e sua missão cristã evangelizadora. É um fermento novo, já marcado com o sangue do martírio e que revela a presença do Espírito nessa Igreja que nasce dos pobres.

A caminhada de renovação da Igreja é assumida por teólogos e por bispos. O documento que serviu de subsídio para a 23ª Assembléia Geral da CNBB sobre o assunto "Liberdade Cristã e Libertação"

sintetiza assim as características e opções que estão orientando a caminhada evangelizadora e pastoral da Igreja no Brasil:

"- Na metodologia, a encarnação vital na realidade e na história de nosso povo.

- Na eclesiologia, um novo modo de ser Igreja, concretizado, sobretudo, na Colegialidade Episcopal, no relacionamento da Hierarquia com o povo de Deus, na vida das Comunidades Eclesiais de Base.

- Quanto ao conteúdo, a evangelização libertadora se expressa nos documentos oficiais do episcopado e na prática de uma pastoral de conjunto que procura abarcar as diferentes dimensões da vida religiosa-social-política-econômica e cultural.

- Na educação da Fé, procura-se o aprofundamento da Palavra de Deus, sobretudo na catequese renovada, círculos bíblicos e reuniões das CEBs onde se trata de integrar Bíblia e vida."

Diante desse avanço dos setores populares na Igreja e do acompanhamento de seus pastores, somos levados a uma visão bastante otimista. O processo continua no rumo até hoje apontado. Não significa que não haja recuos ou impasses e que não se deva avançar mais. Não se trata, porém, de mudar de orientação. Trata-se de ver como andar mais na mesma direção.

2 – O CAMINHO A PERCORRER

2.1 - O Marco de Medellín

Na década de 60, o sopro do Espírito Santo agitou a Igreja toda que no Concílio Vaticano II chegou a indicar orientações básicas para sua renovação. Podem ser resumidas em duas: 1) o reconhecimento do **povo de Deus** não mais como simples objeto de cuidados pastorais, mas como sujeito responsável da salvação do mundo; 2) a consciência da Igreja de ser orientada para o mundo e, por isso, de ter que ler sua própria ordem do dia nos processos da sociedade humana.

Para a América Latina, Medellín (1968) representa a aplicação dessa orientação do Vaticano II à própria realidade. Trata-se de um marco fundamental e surpreendente na história da fé na América Latina, o aparecimento de uma voz profética "no umbral de uma nova época da história do nosso Continente". Em Medellín apareceu claro e se pronunciou o nome de um dos pecados fundamentais na realidade de hoje: "as tremendas injustiças sociais existentes na América Latina" (14,1); "injustiça que brada aos céus" (1,1). Foi reconhecido o grito dos pobres, "o surdo clamor que brota de milhões de homens" (11,2) e, contemporaneamente, foram ouvidas "as queixas de que a hierarquia, o clero e os religiosos são ricos e aliados dos ricos" (14,2). Por último, a necessidade de ação: "Não basta refletir, obter maior clareza e falar. É preciso agir. Esta não deixou de ser a hora da palavra, mas tornou-se, com dramática urgência, a hora da ação" (Introdução, 3).

A Conferência de Puebla foi preparada por um grupo que procurou esvaziar o conteúdo forte de Medellín, impondo uma linha mais doutrinal e apologética, preocupado em definir e defender a verdadeira doutrina, descobrindo e denunciando desvios na Igreja, mais do que continuando a denunciar a dor, a fome e a exploração desumana dos pobres. Por isso, Puebla revela incertezas, contradições e certo refluxo. Apesar disso, porém, reafirma o substancial de Medellín: "uma clara e profética opção preferencial e solidária pelos pobres". E põe em primeiro lugar a necessidade de uma conversão da própria Igreja: "Na Igreja da América Latina, nem todos nos temos comprometido bastante com os pobres; nem sempre nos preocupamos com eles e somos com eles solidários. O serviço do pobre exige, de fato, uma conversão e purificação constantes, em todos os cristãos, para conseguir-se uma identificação cada dia mais plena com Cristo pobre e com os pobres" (11,40).

Na hora em que a Igreja universal é convocada para uma avaliação do trabalho a partir do Concílio Vaticano II, é importante que a Igreja latino-americana volte a Medellín e avalie sua caminhada a partir das intuições fundamentais daquele grande acontecimento: a denúncia das injustiças sociais, o valor dos pobres e a necessidade de agir. Na hora em que há divisões internas entre várias linhas pastorais, sinais de dúvidas e incertezas, Medellín nos lembra os marcos fundamentais da caminhada. Na hora em que a conjuntura apresenta para a Igreja novos desafios, é importante, à luz de Medellín, abraçar a causa dos pobres com mais vigor.

Voltar a Medellín não significa retroceder ou negar os passos andados e os avanços exigidos pelas novas situações. Trata-se, simplesmente, de lembrar o ponto de partida, reafirmar uma intuição que se revelou fecunda na história recente da pastoral latino-americana, enquanto profundamente inspirada no Evangelho.

2.2 - Igreja Profética

A novidade política parece diminuir a necessidade de uma ação profética da Igreja para favorecer uma ação mais de diálogo, negociação, entendimento com as autoridades do Estado. Abrem-se canais novos. Na visita do Presidente Sarney à CNBB, segundo a Folha de S. Paulo (26.06.85), "os bispos lembraram a necessidade de um trabalho conjunto do Governo e Igreja, cada um na sua área específica". Frase perigosa, pois as palavras "trabalho conjunto" podem levar a pensar numa repentina concordância de objetivos e de planos entre Igreja e Governo; além disso, lembrar a "área específica" parece reafirmar a divisão da sociedade capitalista que reserva só para o governo o "político" e para as Igrejas a "religião", desvinculada de preocupações sociais. Várias intervenções de setores eclesiais afirmavam a possibilidade de a Igreja, na nova conjuntura, dedicar-se à sua específica tarefa pedagógica da fé. Que fazer nessa nova situação?

É necessário, em primeiro lugar, reconhecer a novidade. Negá-la ou não considerá-la significaria uma atitude pouco política, ingênua e idealista, enfim prejudicial. Existindo novos canais de comunicação, deve-se pensar em como utilizá-los pelas bases e pela cúpula da Igreja. Se o Governo mudou de tática, a Igreja também deve repensar sua prática. Em segundo lugar, devem-se manter, na nova conjuntura, os princípios e os valores descobertos. O que se revelou válido e foi incorporado na renovação pastoral: a escolha dos pobres, a importância das bases, o reconhecimento e a disposição de aprender da sabedoria do povo, o favorecimento da organização e do poder das classes populares..., tudo isso deve ser respeitado e mantido. A mudança da prática é necessária para corresponder à nova situação, favorecer e intensificar a orientação básica.

Numa situação de negociação, é mais do que nunca necessário manter o espírito profético da Igreja. Melhor, deve aumentar, para contrabalançar eventuais riscos na utilização necessária dos instrumentos da negociação.

Deve-se afirmar a análise conjuntural, para saber o que de fato mudou e o que continua na política das classes dominantes para manter seu poder e seus benefícios. Pode ser mais difícil hoje reconhecer a violência contra os oprimidos, porque disfarçada por uma aparência de maior legalidade. Deve ser uma análise mais diversificada, que dê conta de regiões, situações, níveis de organização bastante diferenciados entre si.

Na hora em que a Igreja pode ter à disposição meios aparentemente mais eficazes e poderosos, por causa desse favorecimento do governo, ela deve cuidar para não cair na tentação de abandonar, ou relativizar, o lugar dos pobres. Deve, sobretudo, procurar não assumir o papel de mediadora, recusado por Jesus e que a história sempre revelou prejudicial aos pobres e à própria Igreja. Neste ponto, vale reafirmar a preocupação do Papa com o risco de uma Igreja institucionalmente política e

lembrar o específico da fé: trata-se de não assumir o poder em substituição do povo, de favorecer o poder dos oprimidos contra os opressores.

Aumenta a necessidade de mergulhar sempre mais no mundo dos pobres. Na medida em que se torna inevitável o relacionamento com as autoridades civis, a Igreja deve guardar os dois pés bem enraizados no setor popular. O contato com as autoridades pode enfraquecer o papel profético. Por isso, sempre deve estar subordinado ao processo popular, reivindicando delas o que pode auxiliar tal processo. Para que isso aconteça, é necessário o contato com o povo, lugar onde avança o processo de mudança e de criação do homem novo e onde é possível descobrir o apelo de Deus, denunciar as injustiças, renovar a própria fé, iluminar os rumos da pastoral, sobretudo, não trair os pobres.

2.3 – Maiores Aberturas

Afirmamos acima que não se trata de mudar de rumo, mas de avançar mais no rumo já traçado a partir de Medellín. Indicamos aqui, brevemente, alguns setores onde parece seja necessário investir mais.

A. A pastoral popular tem presença na problemática da terra (campo e cidade) e das periferias urbanas. As cidades, porém, crescem com grande rapidez, deslocando sempre mais além da margem atual a massa da população. Além disso, o capitalismo é muito esperto em transformar continuamente as relações de trabalho, aumentando a exploração. A Pastoral deve pensar numa maior presença entre os operários e na problemática do desemprego; investir mais recursos no trabalho com biscateiros, peões das empreitadas, funcionários do comércio e dos serviços; deslocar-se para as novas periferias.

No campo, a proletarização está aumentando e, com isso, o trabalho sazonal dos bóias-frias, volantes, diaristas, peões, que vivem muitas vezes a situação de "escravidão branca". O desafio, neste setor pouco frequentado pela Igreja, é grande.

Ainda é limitada e fraca a consciência da Igreja em relação à exploração específica vivida pelos negros, pelas mulheres e pelos menores abandonados. Constituem a massa do povo brasileiro, mas as iniciativas pastorais nestes setores são ainda minoritárias.

Ficam sempre como desafio os problemas, variados e complexos, não somente da esfera da produção, mas também da família, das condições de vida nas periferias urbanas e no interior, da violência, das expressões culturais, do lazer, das formas de organização exigindo novidade e criatividade ...

B. A reflexão teológica, apesar do grande desenvolvimento dos mimeografados populares, guarda um nível bastante acadêmico, também quando é considerada Teologia da Libertação. Esta última trata dos pobres e reinterpreta a fé a partir deles, mas habitualmente não é por eles lida e entendida. Isso mostra o distanciamento que ainda existe entre o povo e a teologia. A teologia é verdadeiramente cristã não somente quando trata com amor os pobres, mas quando contribui para que eles possam falar, assume sua linguagem e sua sabedoria. Devemos reconhecer a grande contribuição da Teologia da Libertação. Põe-se, contudo, para ela a tarefa de recolher a expressão de fé do povo, sua linguagem simbólica, sua visão de Deus, incorporar isso como expressão da fé do povo a ser trabalhada. O caminho nesta direção está em começo.

C. Um campo ainda bastante difícil, não somente pela problemática em si, mas também pela presença de um clima emotivo, é o setor do diálogo com os marxistas e com o marxismo. Em geral, constatamos a necessidade de maior utilização de instrumentos das ciências sociais, para aprimorar

a análise da realidade feita nos ambientes da pastoral e aceitar que se levante uma suspeita crítica sobre a pretensão da verdade. Não se trata de renunciar ao conteúdo próprio da fé. Ao contrário, a certeza da fé deveria permitir maior abertura para dialogar com marxistas e com o marxismo, sabendo reconhecer seja as contribuições positivas que continuam válidas, seja os limites e o avanço da discussão nesta problemática. Mantendo o assunto no clima das acusações e das simplificações, só podem ser favorecidos os posicionamentos rígidos que não servem à causa do povo nem da Igreja.

D. Por último, um aceno ao ecumenismo. Fala-se de ecumenismo de base, entendendo com isso a colaboração concreta dos cristãos entre si e com os fiéis de outras religiões em várias lutas populares e a comunhão nas celebrações litúrgicas. Tais iniciativas são desenvolvidas mais pelas Igrejas cristãs tradicionais. Devem aumentar. Contudo, o grande desafio provém das seitas religiosas, sendo muito difícil praticar o ecumenismo com elas. O próprio nome de "seita" revela um distanciamento e um julgamento apriorístico. É inegável o espírito proselitista e a instrumentalização também por interesses econômicos e políticos de certos grupos religiosos nalguns lugares. Isso não deve ser generalizado e não deve justificar a falta de esforço para um maior conhecimento e aproximação.

2.4 – A Voz e o Poder do Povo

A abertura da Igreja à problemática do mundo a serviço dos mais pobres tem um retorno importante para a própria estrutura da Igreja. As CEBs são células onde se procura viver uma igualdade e corresponsabilidade mais distribuídas. Elas, juntamente com as diferentes pastorais populares, questionam a atual estrutura sociológica da Igreja.

Devemos reconhecer que ainda é grande a distância entre a pregação da democracia e os ensaios democráticos existentes dentro da Igreja, de um lado, e do outro a estrutura autoritária que ainda prevalece. O projeto do Vaticano II de dar prioridade ao Povo de Deus frente à Hierarquia ficou quase que só no papel, lamentavelmente. A estrutura piramidal da Igreja prevalece. Grande é a caminhada na direção de uma estrutura mais circular, que melhor expresse a fraternidade, respeitando as diferentes funções e serviços.

Devemos reconhecer que a voz e o poder do povo dentro da Igreja ainda são bem fracos. Podemos lembrar o processo de nomeação dos bispos e dos vigários: como e onde se realiza. A Igreja está dizendo que nas CEBs o povo está falando. Se analisamos com sinceridade, podemos constatar que também aí ainda prevalece o poder clerical. Devemos reconhecer que a caminhada é comprida. Estamos ensaiando os primeiros passos.

A partir desta avaliação, colocam-se novos desafios para a Igreja brasileira. Nem tudo depende dela, por razão do relacionamento com Roma. Mas sempre existem espaços para novos ensaios. No âmbito já existente, e forçando novos âmbitos, descobrimos a necessidade de o povo participar melhor do poder eclesial. Tarefas urgentes são a valorização dos leigos e das mulheres dentro da Igreja, a participação das bases nas decisões pastorais, o respeito ao povo falando por si. São tarefas que devem ser pensadas, não por simples gosto de novidade, mas para ser fiel às exigências de fraternidade do Evangelho e, com isso, para prestar um maior serviço ao mundo.